

PRESENÇA E INFLUÊNCIA DOS ESCRAVOS AFRICANOS EM ÓBIDOS – PA

PRESENCE AND INFLUENCE OF AFRICAN SLAVES IN ÓBIDOS – PA

LEANDRO DE CASTRO TAVARES*

OSEIAS DE OLIVEIRA**

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir a respeito da participação do negro na história de Óbidos¹ – PA. Para isso, descreve inicialmente reflexões historiográficas sobre o deslocamento compulsório de africanos para a Amazônia desde o século XVII, levando em consideração as dimensões dessa presença nas dinâmicas sociais, políticas e culturais da sociedade amazônica. Posteriormente, aborda questões referentes à chegada dos negros em Óbidos, suas principais funções e o tratamento cotidiano dos indivíduos; a presença e influência africana na microrregião de Óbidos; dispersões dos escravos para formação das áreas de quilombo, no município. No campo introdutório, evidencia algumas considerações teóricas e metodológicas para análise dos documentos disponibilizados pelos cartórios existentes na cidade, que compuseram parte dessa pesquisa.

Palavras-chave: Escravo; Formação de quilombos; História.

Abstract: This article aims to demonstrate the presence of the negro in the history of Óbidos – PA. For this, it initially describes historiographical reflections on the compulsory displacement of africans to the Amazon since the 17th century, taking into account the dimensions of this presence in the social, political and cultural dynamics of Amazonian society. Later, it addresses questions regarding the arrival of blacks in Óbidos, their main functions and the daily treatment of individuals; presence and influence in the Óbidos micro-region; dispersal of slaves for the formation of remaining quilombo areas in the municipality. In the introductory field there are

Artigo recebido em 27 de março de 2018 e aprovado para publicação em 17 de maio de 2018.

* Mestrando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. (E-mail: tavaresleo23@gmail.com)

** Professor Adjunto, Departamento de História (Irati-PR) e Programa de Pós-Graduação em História, Unicentro-PR. (E-mail: Oseias50@yahoo.com.br)

¹ Óbidos é uma cidade histórica com 320 anos, está localizada no extremo norte do Brasil, na região oeste do Estado do Pará, à margem esquerda do rio Amazonas. É o local considerado mais estreito e mais profundo do rio Amazonas.

some theoretical and methodological considerations for the analysis of the documents made available by the Offices in the aforementioned city that composed part of this research.

Keywords: Slave; Formation of Quilombos; History.

Introdução

É relevante considerar que as pesquisas com documentos cartoriais, tanto no cenário micro, quanto macro da historiografia, constituem-se como um campo de investigação amplo. No entanto, ao analisar os documentos, faz-se necessário definir de que ponto pode e se quer partir, se de sua gênese, de seu valor documental, ou dos seus resultados, pois cada documento se desenvolve a partir de vários estágios, como: identificação, transcrição e interpretação. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução:

O documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador [...]. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.²

Diante disso, no plano metodológico, a análise documental apresentou neste estudo algumas vantagens significativas. Tratou-se de um método de coleta de dados que eliminou, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados –, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

Porém, ainda que algumas características da análise documental possibilitassem recorrer ao documento vantajoso em certos níveis, admitiu-se aqui que seu uso suscita também algumas questões, pois, se efetivamente a análise documental elimina em parte a dimensão da influência, dificilmente mensurável, do pesquisador sobre o sujeito, não é menos verdade que o documento constitui um instrumento que o pesquisador não domina. A informação, aqui, circula em sentido único, pois, embora tagarela, o documento permanece surdo e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares.

Por se utilizar documentos caracterizados como fontes primárias neste artigo, superaram-se vários obstáculos antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade do material pesquisado. Em primeiro lugar, foram localizados os textos pertinentes e avaliada a sua

² CELLARD, A, A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295.

credibilidade, assim como a sua representatividade.³ Por essa vertente, os documentos reportaram fielmente os fatos. Por outro lado, compreendeu-se adequadamente o sentido da mensagem, contentando-se com o que tinha em mãos, ou seja, com os documentos disponibilizados pelo tabelião. É certo que se deparou com fragmentos, eventualmente, passagens difíceis de interpretar, termos e conceitos estranhos, levando em consideração que foram redigidos por um desconhecido. Foi, portanto, em razão desses limites importantes que se tomou certo número de precauções prévias, que facilitaram a tarefa e se tornaram, parcialmente, garantias da validade e da solidez das explicações aqui expostas.

A partir das ponderações acima, é possível compreender que uma análise documental surge em um determinado contexto social e depende de atores, decisões e ações consequentes para que tenha um efeito no sistema social. Dessa forma:

O exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando análise se refere a um passado recente. No último caso, contudo, cabe admitir que a falta de distância pode complicar a tarefa do pesquisador.⁴

Diante do exposto, chegou-se à decisão de concentrar o trabalho na análise dos documentos cartoriais, com vistas a compreender o contexto local⁵, suas particularidades, singularidades, as diversas concepções e percepções dos atores envolvidos no que está relacionado ao negro africano em Óbidos – PA. Ainda, de forma secundarizada, realizar uma análise dos resultados alcançados em termos qualitativos.

Para constituir esta pesquisa e analisar os documentos cartoriais que a seguir serão descritos, então, foi necessário dividir as atividades em duas etapas. Na primeira, foram

³ “Vale considerar que definir o documento representa em si um desafio. Pelo fato de o documento constituir uma de suas principais ferramentas, a história, de todas as ciências [...], foi a que atribuiu maior importância a essa definição. Privilegiando uma abordagem mais globalizante, a história social ampliou consideravelmente a noção de documento. De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrados, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc.” *Ibidem*, p. 296.

⁴ *Ibidem*, p. 299.

⁵ Essa decisão partiu do que Cellard enfatiza: “seja como for, o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um documento determinado. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos.” *Ibidem*, pp. 299-300.

realizadas visitas ao Cartório do 2º Ofício de Registro Civil da Comarca de Óbidos, conhecido popularmente como *Cartório Ferreira*, localizado na travessa Eloy Simões, 251, Centro, no município de Óbidos, com data de instalação de 01 de janeiro de 1880; e também no Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Óbidos – Pará – Brasil, cujo nome fantasia é *Cartório Santa Maria*, situado na rua Deputado Raimundo Chaves, S/N, com data de instalação de 17 de janeiro de 1888. “Antes dessas datas, os registros de escravos eram feitos no centro de triagem junto à administração local, explicando assim os registros antes da criação de um cartório oficial em Óbidos.”⁶

Nesse momento, foram identificados e registrados, por meio de foto digitação, documentos que datam do século XIX, referentes às relações econômicas que incluíam a comercialização de negros escravos. Num segundo momento, foram realizadas a transcrição dos documentos, sistematização dos dados, análise, interpretação e apresentação dos resultados alcançados com a confirmação ou não da questão fundamental.

No que se refere ao primeiro momento, que constou de registro e sistematização de documentos junto aos cartórios pesquisados – que citam ou fazem referência a escravos ao longo século XIX –, os documentos acessados foram *registros gerais*, *declarações de batismo*, *declarações comerciais*, entre outros.

Após o registro, a leitura grafotécnica, a transcrição e a análise dos documentos, foram procedidas a sistematização objetiva dos dados em tabelas, considerando critérios de informação geral presente nos documentos, tais como: nome, cor, estado civil, número de matrícula, data de entrada no cartório, dono do escravo, forma de aquisição. Os dados foram inseridos em uma tabela a partir desses critérios estabelecidos previamente pelos pesquisadores, de modo a esclarecer de que forma era a relação senhor-escravo.

A segunda etapa consistiu em relacionar os resultados de identificação e sistematização dos dados com a pressuposição contextual da presença e influência africana na Amazônia do século XIX, na microrregião de Óbidos, no Estado do Pará. Isto para responder à questão científica sobre o tipo de presença e de influência que tais escravos exerciam na dinâmica da economia da região, principalmente quanto ao comércio dos escravos, por seus proprietários. Tanto a primeira quanto a segunda etapa serão descritas em um dos intertítulos que compõem este artigo.

⁶ PAULINO, Itamar Rodrigues. *Ensaio historiográfico de Óbidos, sentinela da cultura amazônica*. Anais eletrônicos. I FECIMA, Santarém, 2013, p. 6. Disponível em: <http://anaisfecima.webs.com/edi-o-atual>. (Acesso em 12 de setembro de 2017).

Chegada dos escravos negros africanos em Óbidos

Os primeiros negros africanos foram trazidos para a Amazônia, no século XVII, pelos ingleses, e estabelecidos perto do Amapá, cujas origens remontam “à Capitania do Cabo Norte”⁷. Não obstante, foram os portugueses que dominaram toda a região, a partir da conquista de São Luís e da fundação de Belém, em 1616.

Em 1682 foi criada a Companhia de Comércio do Maranhão, também chamada de Estanco do Maranhão. Este empreendimento tinha o monopólio total do comércio no Maranhão e no Pará, mas seu objetivo maior consistia em abastecê-los de escravos africanos. Por ter causado descontentamento entre paraenses e maranhenses, concentrando sua atuação no Maranhão, abusado dos direitos relativos ao exclusivo comercial, provocando revoltas, e não ter atendido à demanda por escravo na Amazônia, “a empresa durou bem menos tempo que o previsto. Fechou as portas em 1684. Mesmo assim, introduziu negros na região, em especial, no Maranhão, onde fomentou as culturas de cana-de-açúcar⁸ e algodão”.

Em 1755, com a fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o tráfico de africanos para a Amazônia deixou de ser irregular e moderado, tornando-se efetivo. A citada Companhia⁹ passou a deter o direito de monopólio sobre essa atividade econômica tanto em relação às exportações, quanto às importações regionais, durante vinte anos. Possuía capital tão alto que sua frota consistia em 18 navios singrando a rota negra. Por conta disso, realizava até seis viagens anuais da costa da África para São Luís e Belém, negociando cerca de 23 mil e 300 escravos, nos seus portos, durante o referido período.

Mas, das capitais nortistas, na época, foi São Luís a que mais frutos colheu, pois teve construída a maioria dos casarões que constituem seu Centro Histórico, atualmente Patrimônio da Humanidade. Ademais, aumentou de tal forma a produção de algodão no Maranhão que seu porto passou a movimentar cifras bem mais significativas, exportando o produto e importando escravos. Deve-se ressaltar, todavia, que:

⁷ SANTOS, Creusa Barbosa; BRAGA, Paulo Sérgio Martins; COSTA, Rildo Ferreira. *Povos indígenas e afro-brasileiros: um estudo da diversidade no Brasil*. Belém: Samauma, 2011, p. 92.

⁸ Por significativo tempo, chegou a ser consenso na historiografia que a economia amazônica, durante o período colonial, baseou-se, somente, na coleta das drogas do sertão e na exploração da mão de obra indígena. Entretanto, desde a publicação de obras como *O negro no Pará*, de Vicente Salles, as pesquisas vêm mostrando que, lado a lado, na mesma medida, havia atividades agropecuárias e a utilização do trabalho escravo de negros importados de África.

⁹ É importante ratificar que a existência da Companhia contribuiu para o crescimento e embelezamento de Belém. Várias obras foram realizadas sob sua vigência, das quais podemos destacar a construção do Palácio dos Governadores e as restaurações das igrejas da Sé, de Santo Alexandre, do Carmo, Sant’Ana e São João. SANTOS, Creusa Barbosa; BRAGA, Paulo Sérgio Martins; COSTA, Rildo Ferreira. *Op. cit.*, p. 92.

A Guerra de Independência dos Estados Unidos concorreu para alimentar este fato, pois os ingleses passaram a comprar, também, o algodão maranhense, uma vez que, temporariamente, haviam perdido o acesso ao da América do Norte. Sendo assim, a quantidade de escravos negros cresceu cada vez mais no Maranhão, mesmo depois do fim da Companhia Geral de Comércio, chegando a registrar a entrada de aproximadamente, 1.500 africanos, por ano, na conclusão do século XVIII.¹⁰

Em relação ao Cabo Norte, Amapá, a principal obra foi a construção da Fortaleza de São José de Macapá. Projetada para impedir prováveis invasões estrangeiras via Guianas, começou a ser elevada em 1764, sendo concluída em 1782. Foi utilizada uma grande quantidade de escravos, tanto índios quanto negros, que, da mesma forma, trabalhavam na cultura do arroz e outras atividades agrícolas. Os negros constituíam a maioria, e realizavam o trabalho mais pesado. No início do século XIX, por exemplo, formavam cerca de 23% da população da cidade, cujo total era de, mais ou menos, 2.500 pessoas. Considerando tais informações, pode-se afirmar que Macapá teve, na Fortaleza, a sua fonte original de crescimento.

O Estado do Amazonas procedeu da antiga Capitania do Rio Negro, criada em 1755, com subordinação ao Grão-Pará. Tornou-se autônomo, definitivamente, em 1850, por conta de insistentes reivindicações das suas elites, fieis ao Governo Imperial, durante a Cabanagem. Ao longo desse período, adquiriu importante quantidade de escravos negros, embora sua demanda não tenha sido suprida devido, em parte, à dependência do porto de Belém. Mesmo assim, em 1785, cerca de 3% da sua população constituía-se de negros. A totalidade aproximava-se de 11 mil escravos.

Em 1778, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão encerrou suas atividades, pois não teve os direitos de monopólio renovados em função de diversos abusos cometidos pelos seus administradores e dos novos interesses ligados ao governo português, então dirigido pela Rainha Maria I. O tráfico de escravos, entretanto, não deixou de ocorrer e a escravidão se expandiu na Amazônia portuguesa. Junto com ela, as casas-grandes, as senzalas e os quilombos¹¹. Visto que:

No Estado do Pará existem cerca de 240 comunidades quilombolas identificadas. Várias delas encontram-se no Baixo Amazonas, localizadas nos municípios de Oriximiná, Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre. Foi tão forte a luta pela

¹⁰ *Ibidem*, p. 93.

¹¹ Definição oficial: “São comunidades quilombolas, formando grupos étnico-raciais, segundo critério de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Decreto Nº 4887/2003, do Governo Federal).” SANTOS, Creusa Barbosa; BRAGA, Paulo Sérgio Martins; COSTA, Rildo Ferreira. *Op. cit.*, p. 98.

titulação das terras quilombolas nessa região que, a comunidade de Boa Vista, foi a primeira a ser reconhecida como tal, no Brasil, em 1995.¹²

Como já sabido, o negro africano chegou ao Brasil no século XVI, para substituir a mão de obra indígena. Para a Amazônia, foram trazidos primeiramente pelos ingleses, no século XVII. Para o município de Óbidos, vieram por intermédio dos portugueses no decorrer do século XVIII, oriundos principalmente de “Cacheu e Bissau”¹³ para trabalhar na lavoura do cacau, nas construções de residências e templos religiosos, assim como, nos trabalhos domésticos e na pecuária. Como afirma Funes (1999):

No Baixo Amazonas, o negro foi empregado na lavoura cacauzeira, na agricultura de subsistência e, sobretudo, na pecuária. Verifica-se, também, ao longo desse período a presença da escravidão nas atividades domésticas. Aos poucos, o negro passou a fazer parte do cotidiano da sociedade amazônica.¹⁴

No ano de 1827, já existiam em Óbidos “1925 escravos negros”¹⁵, informação a partir da qual se subentende que contribuíram para a formação social e econômica do município. No entanto, o tratamento dispensado aos escravos foi o mesmo em todo o território nacional: vestiam-se e alimentavam-se mal, trabalhavam muito, eram submetidos a castigos físicos e considerados como patrimônio particular. Para os homens, geralmente ficavam os trabalhos mais pesados, e as mulheres eram utilizadas nos trabalhos domésticos.

Como forma de policiar a vida dos escravos existentes no município e também para evitar ajuntamentos que poderiam causar rebeliões, a Câmara da Vila de Óbidos aprovou, em sessão extraordinária realizada no dia 22 de abril de 1832, uma lei que determinava:

Art. 3º – Os escravos que forem encontrados fazendo desordens, serão conduzidos a cadeia, dando-se imediatamente parte ao Juiz de Paz, e a seus senhores, para estes mandarem dar nos motores cinquenta açoutes; e se recusarem fazê-lo, sofrerão a multa de dez mil reis e oito dias de cadeia: os que não forem considerados motores, sofrerão metade desta pena, bem como os senhores que deixarem de os castigar.¹⁶

No artigo 5º, após alterações feitas pelo Presidente da província do Pará, determinava o seguinte:

¹² *Ibidem*, p. 99.

¹³ REIS, Artur César Ferreira. *História de Óbidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 93.

¹⁴ FUNES, Eurípedes Antônio. *Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afro-amazonidas* – “Nós já somos a reserva, somos os filhos deles”. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/UFC, 1999, p. 4.

¹⁵ *Ibidem*, p. 93.

¹⁶ *Ibidem*, p. 112.

Os donos das Tavernas, ou outras quaisquer casas públicas, em que se acharem ajuntamentos de mais de cinco Escravos incorrerão na multa de trinta mil reis e oito dias de prisão; ou os Escravos sofrerão cinquenta açoites com as formalidades marcadas no Artigo Terceiro.¹⁷

Dentre os sete artigos aprovados na Câmara da Vila de Óbidos em abril de 1832, os artigos 3º, 5º e 6º eram especificamente direcionados aos negros, os demais, distribuídos entre índios e brancos. Entretanto, três artigos sofreram alterações feitas pelo presidente da Província Barão de Bagé, dentre os quais, dois eram os que estavam relacionados aos escravos, conforme será mostrado pelo exemplo do artigo 6º.

Quando encaminhado, em abril de 1832, para aprovação, o artigo 6º compunha-se de que “Todo escravo que for encontrado desde as sete horas da tarde em diante, examinar-se-á se vai a mandado do seu senhor, e quando não vá, sofrerá pena de oito dias de prisão”¹⁸. Após aprovação e alterações em Conselho na sessão de 8 de junho de 1832, pelo presidente da Província, o referido artigo determinava que “Todo escravo que for encontrado das oito horas da noite em diante sem cédula de seu senhor, contendo esta o nome do escravo dia, mês e ano será recolhido à prisão, e castigado a arbítrio de seu senhor”¹⁹.

E assim permaneceram os escravos no Município de Óbidos até a Abolição da Escravidão no Brasil, no dia 13 de maio do ano de 1888.

De acordo com Monteiro²⁰, a importância dos negros como principal mão de obra, na época colonial e imperial na Amazônia, especificamente no Pará, relaciona-se com os mocambos, que marcaram também a reação dos africanos e afro-brasileiros contra a escravidão. Os mocambos ou quilombos que se formaram em consequência dessa reação ainda hoje podem ser encontrados nas comunidades negras existentes nos municípios de Alenquer, Oriximiná, Óbidos, Tucuruí, Cametá, Gurupi e Anajás.

No final do século XVIII e início do século XIX, os escravos manifestaram mais a resistência à escravidão, fugindo da casa dos senhores, procurando refúgio nas regiões mais longínquas, como o Igarapé Grande, Mondongo, entre outros, ou no rio Trombetas e seus afluentes, nas margens dos quais, aos poucos, foram se organizando em quilombos²¹, e passaram a viver uma vida comunitária com organização social própria.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 113-4.

¹⁸ *Ibidem*, p. 113.

¹⁹ *Ibidem*, p. 114.

²⁰ MONTEIRO, Benedito. *História do Pará*. Amazônia: Belém, 2006.

²¹ “É relevante pensar em quilombos ou mocambos como grupos étnicos que existem ou persistem ao longo da história como um tipo organizacional, segundo processos de exclusão e inclusão que possibilitam definir os limites entre os considerados de dentro e os de fora. Isso sem qualquer referência necessária a preservação de diferenças

Constantemente, os negros eram perseguidos por expedições formadas por homens vindos de Alenquer e Santarém, e juntavam-se a cidadãos do município. Os mocambos ou quilombos que se formaram em consequência dessa reação, ainda hoje podem ser encontrados nas comunidades existentes no município de Óbidos: Igarapé Açu dos Lopes, Pataua do Mirizal, Nossa Senhora das Graças, Peruana, Muratubinha, Mondongo, Arapucu, Castanhanduba, Apuí, Silêncio, Matá, São José e Cuecé. Hoje, encontram-se organizados em várias associações ARQMOB, ARQMIM, ARQCONSGPAB, ARCONECAB, e ARQCA.

Fugindo dos senhores, os escravos procuravam esconder-se no Alto Trombetas e respectivos afluentes, onde organizavam mocambos, contra os quais várias expedições saíam em busca, organizadas para resgatar os escravos fugidos. Todavia, nem sempre obtinham o êxito esperado:

Ainda em 1827, duas expedições avançaram até, o Trombetas e ao Curuá, batendo os quilombos ali montados. No quilombo do Curuá, havia apenas 10 escravos, dos quais dois foram mortos e dois presos. Para a aventura, Santarém, Óbidos e Alenquer tinham mobilizado cento e tantos homens.²²

Ainda no que tange às expedições, “ao tempo em que Tavares Bastos percorreu as duas províncias amazônicas, o número de quilombolas, entrando no censo, por viverem nos mocambos, desertores e criminosos, só no Trombetas, era avaliado em dois mil”²³. A esse respeito, de acordo com Reis:

Os negros industrializados talvez pelos outros companheiros de desterro vivem debaixo de um governo despótico eletivo; com efeito, eles nomeiam o seu governador, e diz-se que os delegados e subdelegados são também eletivos. Imitam nas designações de suas autoridades os nomes que conhecem nas nossas povoações. Os mocambos atraem os escravos; nomearam-me uma senhora que viu em pouco fugirem para ali 100 dos que possuía; outros proprietários há que contam 20 e 30 perdidos desse modo.²⁴

Nesses mocambos os negros cultivavam a mandioca, o tabaco, colhiam a castanha, a salsaparrilha, etc. Às vezes desciam em canoas e iam ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar às escondidas; com os regatões que subiam o Trombetas, eles o faziam habitualmente.

culturais herdadas que sejam facilmente identificáveis por qualquer observador externo, supostamente produzido pela manutenção de um pretense isolamento geográfico e/ou social ao longo do tempo.” O’DWEYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002, p. 14.

²² REIS, Artur César Ferreira. *História de Óbidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 93.

²³ *Ibidem*, p. 94.

²⁴ *Idem, ibidem*.

Diz-se também que “permutam com holandeses da Guyana os seus produtos por outros, e principalmente pelos instrumentos de ferro e armas”²⁵.

No século XIX, a contagem populacional de Óbidos indicava que, entre os 3.588 indivíduos, 900 eram brancos, 582 mamelucos, 727 índios, 1.295 escravos e 84 homens de cor livres.

No ano de 1888, com a promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, dos 10.535 escravos oficialmente existentes na Província do Pará, Óbidos contava somente com 349. Como afirmou Reis:

Trazidos em porção pequena à Amazônia, de Cacheu e Bissau, os escravos negros que chegaram a Óbidos [...] Assim, em 1827, somavam 1.925; em 1834, 1294; em 1848, 1402; em 1862, 1726. Em 1888, no cômputo oficial de 10.535 escravos existentes na Província, Óbidos figurava com apenas 349.²⁶

A partir das discussões anteriormente expostas e por conta da contribuição significativa do escravo negro no desenvolvimento da região do Baixo Amazonas é que se chegou ao propósito de investigar os registros de documentos que manifestam sua presença e influência na região de Óbidos, a partir dos registros oficiais preservados até hoje, nos cartórios locais.

Presença e influência africana na microrregião de Óbidos – PA

A consolidação da colonização portuguesa, no século XIX, no norte do Brasil possibilitou não apenas a exploração econômica dos recursos naturais da região, como também a comercialização de escravos negros. O resultado desse processo foi a chegada de escravos na região amazônica vindos de diversas partes de África e a conseqüente propagação da cultura afro-brasileira por toda a região. Diz-se que “uma das cidades que mais cresceu e se desenvolveu com a presença de escravos chama-se Óbidos”²⁷.

O presente texto traz os resultados e as ponderações da investigação científica sobre a presença e comercialização de escravos africanos e seus descendentes na cidade de Óbidos durante o século XIX, a partir da análise de documentos que estão sob a guarda do Cartório do 2º Ofício de Registro Civil da Comarca de Óbidos e Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Óbidos. Desse modo, é inquestionável a presença escrava africana em Óbidos, pois além da existência de seus descendentes, hoje morando em vários

²⁵ *Idem, ibidem.*

²⁶ *Ibidem*, p. 93.

²⁷ PAULINO, Itamar Rodrigues. *Ensaio historiográfico de Óbidos, sentinela da cultura amazônica*. Anais eletrônicos I FECIMA, Santarém, 2013, p. 1. Disponível em: <http://anaisfecima.webs.com/edi-o-atual> (Acesso em 12 de setembro de 2017).

quilombos espalhados no interior do município, há documentos que registram a intensidade do comércio desses escravos em meados do século XIX.

A análise dos documentos cartoriais, assim, trouxe como resultado a construção de um quadro que expressa dados gerais de alguns dos escravos que viveram no município de Óbidos no século XIX, antes da assinatura da Lei Áurea, em 1888, bem como informações relacionadas à sua origem e tipo de trabalho que faziam. Vale ressaltar que, para essa análise documental, foram utilizados registros²⁸ a partir dos quais foi possível fazer uma distinção entre os escravos *adquiridos*, os *alforriados* e os *herdados*.

Outro ponto a destacar foi a opção em manter a escrita da época, presente em alguns pontos da tabela, bem como em eventuais momentos no decorrer da discussão. Sendo assim, apresenta-se a seguir o quadro 01 referente à relação de escravos adquiridos.

Quadro 01: Descrição geral dos escravos

Nº	Nome	Cor	Estado civil	Idade em anos	Matrícula	Data de registro no Cartório	Comunidade de residência	Profissão	Proprietário (a)
1	Margarida Maria	Preta	Solteira	68	Nº 320	03 / MAI / 1872	Paranamiry de Baixo	Lavradora	Severino Antônio de Azevedo
2	Germano Antonio	Preto	Solteiro	38	Nº 321	03/MAI/1872	Paranamiry de Baixo	Lavrador	Severino Antônio de Azevedo
3	Emidio Antonio	Preto	Solteiro	34	Nº 322	03 / MAI / 1872	Paranamiry de Baixo	Lavrador	Severino Antônio de Azevedo
4	Ivo Antonio	Preto	Solteiro	33	Nº 323	03 / MAI / 1872	Paranamiry de Baixo	Lavrador	Severino Antônio de Azevedo
5	Ambrozio Antonio	Carafuzo	Solteiro	11	Nº 329	10 / MAI / 1872	Paranamiry de Baixo	Lavrador	Severino Antônio de Azevedo
6	José	Mulato	Solteiro	34	Nº 599	Não Informado	Paranamiry de Baixo	Lavrador	Raimunda Maria de Jesus
7	Benedicta	Mulata	Solteira	29	Nº 603	Não Informado	Paranamiry de Baixo	Lavradora	Raimunda Maria de Jesus

No que se relaciona ao nome dos escravos, percebeu-se que não apresentavam sobrenome, o que pode ser explicado em razão do desconhecimento de sua nação de origem ou pelo fato de essa informação pouco importar para os proprietários de escravos. Além disso, os nomes dos escravos pesquisados são de origem cristã, o que demonstra que seus senhores

²⁸ Livro de registro de emancipação de escravos (1872 - 1887) - Cartório do 2º Ofício de Óbidos, p. 21-22.

procuraram apagar não apenas a cultura, como também a identidade do escravo, impondo-lhes uma identidade cristã. Como resultado, os escravos apresentavam apenas o primeiro nome.

Quanto ao estado civil dos escravos, identificou-se que na sua totalidade – isto é, não somente os que aparecem no quadro acima, mas todos os registrados no *Cartório Ferreira* – estão como solteiro. Entretanto, pode-se afirmar que existem controvérsias, pois, no período colonial escravagista, eram raros os casos de escravos que conquistavam o direito de se unir em matrimônio – conforme os princípios cristãos – e, conseqüentemente, terem registrada a sua união. Acredita-se que, por esta razão, nos registros realizados por seus proprietários, o estado civil do escravo seja definido como solteiro, o que não significa a ausência de união estável entre eles.

Já as datas apresentadas na tabela se referem à entrada dos registros no centro de triagem de Óbidos, futuro Cartório do 2º Ofício de Óbidos, que somente em 1880 passou a operar oficialmente. Acredita-se que, após a aquisição dos escravos, os proprietários realizavam uma espécie de oficialização da aquisição, doação ou alforriamento.

Na localização dos escravos, observa-se que todos residiam na comunidade de Paranamiry de Baixo, considerada, na época, “distrito de Óbidos e que ainda permanece nos dias atuais, com o nome de Paraná de Baixo”²⁹. Esta localidade foi escolhida pelos colonizadores para o cultivo de cacau, o que fez com que a demanda por mão de obra aumentasse, razão que levou a localidade a ter uma grande concentração de escravos.

Ao que se refere à profissão, percebe-se a evidência desta (lavragem da terra) por conta de que os escravos pesquisados eram provenientes da comunidade de Paranamiry de Baixo, conseqüentemente deveriam trabalhar no cultivo do cacau, levando em consideração que a partir de “meados do século XVIII, o Baixo Amazonas conheceu os primeiros sinais de ‘prosperidade’, tendo na lavoura cacaeira a sua principal atividade econômica, ao lado do extrativismo”³⁰.

Referente ao registro de escravos alforriados por Severino Antônio de Azevedo, de acordo com o inventário, a escrava mencionada no quadro tem como nome Margarida Maria, cor preta, solteira, 60 anos de idade, natural da comunidade de Paranamiry de Baixo, lavradora, e recebeu sua alforria no dia 1 de julho de 1880, cinco anos antes da assinatura da Lei do

²⁹ PAULINO, Itamar Rodrigues. *Ensaio historiográfico de Óbidos, sentinela da Cultura Amazônica*. Anais eletrônico I FECIMA, Santarém, 2013, p. 8. Disponível em: <http://anaisfecima.webs.com/edi-o-atual>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

³⁰ FUNES, Eurípedes Antônio. *Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afro-amazonidas* - “Nós já somos a reserva, somos os filhos deles”. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/UFC, 1999, p. 3.

Sexagenário, e oito anos antes da abolição da escravatura. Importa notar que a escrava foi registrada somente em 1872, quando tinha 60 anos de idade e ainda permaneceu escrava por oito anos. Acredita-se que seu proprietário tenha optado por libertá-la dado o fato de ela não ter mais condições de produzir em razão de sua idade avançada. Na época, a extração cacaeira estava em expansão. Isto significa que quanto mais escravos em atividade produzindo, maior era o lucro para o proprietário. Logo, aqueles que não mais produziam eram simplesmente descartados, alforriados ou doados.

Por fim, discute-se sobre dois escravos herdados em decorrência de falecimento do proprietário anterior. São os dois últimos escravos mostrados no quadro. Desses escravos, não consta nos inventários a data de registro como dos demais, somente a data de registro de herança: José, mulato, solteiro, 26 anos de idade, natural da comunidade de Paranamiry de Baixo, lavrador, foi herdado pelo senhor Severino Antônio de Azevedo no dia 06 de abril de 1877 de sua falecida mãe, Raimunda Maria de Jesus. A também escrava de nome Benedicta, mulata, solteira, 29 anos de idade, natural de Paranamiry de Baixo, lavradora, também fora herdada pelo senhor Severino Antônio de Azevedo no dia 06 de abril de 1877 de sua falecida mãe, Raimunda Maria de Jesus.

Conforme se pode observar nos dados apresentados, havia de fato comércio de escravos na cidade de Óbidos no século XIX, o que evidencia uma parte cruel da história do Brasil. Por isso, urge que se faça o merecido reconhecimento desses trabalhadores, por serem eles parte integrante da construção da história de uma nação, bem como de uma região ou cidade, como é o caso de Óbidos.

Portanto, as análises supracitadas servem como uma importante experiência de conhecimento da vida escrava na cidade de Óbidos no século XIX, no sentido de solidificar a formação da nossa sociedade reconhecendo não somente um dos importantes capítulos de nossa história, o período escravagista, como também o valor daqueles que outrora foram arrancados de suas terras e forçados a trabalhar para o colonizador branco. Eles garantiram o desenvolvimento de uma época com a força de seus braços; garantiram também o enriquecimento cultural brasileiro contribuindo com seus modos de viver, com seus tipos de alimentação, com seus jeitos de construir suas casas, resolver seus problemas de saúde, resultando, aqui, numa imensa diversidade cultural.

O município de Óbidos, a cidade foco desta pesquisa, apresenta de forma material e imaterial a presença dos africanos e sua importância no desenvolvimento regional no oeste amazônico. Na segunda metade do século XVIII, com incentivos governamentais advindos da

Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, criada pelo Marquês de Pombal, uma quantidade significativa de escravos foi trazida para o interior da Amazônia no intuito de impulsionar a economia local, e empregada nos mais diversos serviços, apesar de serem tratados como mercadorias, objetos de troca, empréstimo ou bens que poderiam ser comercializados, alforriados ou herdados.

No caso de propriedade por herança, um dos documentos pesquisados, o de Severino Antônio de Azevedo, registra dois escravos que teriam sido herdados de sua mãe. No caso de empréstimo de escravos, também há documentos comprovando a existência dessa prática na região.

Por fim, os registros demonstram o quanto era intensa a comercialização³¹ de escravos no final do século XIX. Certamente que o fato de tais escravos terem sido alforriados e não terem podido voltar para suas terras de origem resultou na redinamização cultural da região, visto que tais escravos influenciaram decisivamente o modo de ser do amazônida. Assim, falar em comunidades negras, ou seja, área de quilombos, em Óbidos, no Estado do Pará, é remeter a uma história marcada por conflitos, resistências de cativos que romperam com a sua condição social “ao fugirem dos cacoais, das fazendas de criar, das propriedades dos senhores de Óbidos, Santarém, Alenquer e, mesmo, de Belém e outros centros urbanos. É navegar nas reminiscências vivas que marcam as experiências sociais e vivências dos afro-amazônidas”³².

Tais escravos estiveram diretamente ligados à consolidação do espaço conquistado pelos colonizadores, com sua presença significativa durante a construção das fortalezas, edifício estratégico de defesa contra possíveis invasores. Atrelado a isso, conforme apontam as análises feitas, há a presença marcante do escravo negro no crescimento da economia local de Óbidos, isto é, no trabalho incansável e obrigado nas lavouras de produção exportável, como foi o caso da extração cacaueira, bastante expressiva na época.

Dispersões dos escravos para a formação das áreas quilombolas no Município de Óbidos

³¹ Do período entre 1861 e 1863, encontram-se nos livros de registros de notas de escravos valores por escravos em torno de 862 e 863 mil réis. Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Óbidos. Livro de notas para escravo Nº 1, p. 1. Entre 1870 e 1873, encontram-se valores especificados em números de 1:100:000 e 1:200:00 réis. Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Óbidos. Livro de notas de escravos Nº 4, p. 1. Em 1875, os valores reduziram para 800 mil réis. Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Óbidos. Livro para o lavramento das escrituras de escravos Nº 6, p. 1. Os livros de Nº 2, 3 e 5 não foram encontrados no referido cartório.

³² FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades mocambeiras do Trombetas. In: ANDRADE, Lúcia M. M. de; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Entre águas bravas e mansas, índios & quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo Iepé, 2015, p. 18.

A estratégia de defesa dos escravos em processo de fuga para se direcionarem nas matas após “atravessarem pelos furos de um lago ao outro ou alcançarem os vários braços dos rios através dos paranãs”³³ implicava serem bons conhecedores daqueles espaços, mestres dos rios e das florestas, para chegar acima das primeiras cabeceiras, em meio ao leito do Igarapé Grande, onde se formaram os mais importantes mocambos do município de Óbidos. Um aprendizado adquirido, em grande parte, com os nativos, os indígenas, senhores daqueles territórios; no município de Óbidos, os quilombolas³⁴ se tornaram também senhores dos rios e das matas.

Conhecer o meio ambiente era fundamental para o sucesso das fugas, tendo a natureza como cúmplice. No tempo das cheias, capinzais crescem às margens dos lagos, formando tapagens, obstruindo os igarapés que os interligam entre si e aos rios, dificultando a passagem e camuflando os “caminhos”.³⁵

O processo de fuga em Óbidos, individual ou coletivo, geralmente ocorria em épocas de festa e, em relação à Amazônia, no período das cheias, de dezembro a maio, ou nos séses de junho e julho, quando as águas estão baixando. Nessa região, as festas, em especial as dos ciclos natalino e junino, coincidem com o tempo de inverno e da castanha. Quando ocorriam essas fugas, os senhores divulgavam nos jornais da época, como pode ser observado nesse anúncio no *Estrella do Amazonas* (1854, 1861) e *Baixo Amazonas*³⁶ (1876):

No dia 17 de junho próximo passado fugio da Villa de Óbidos de caza de Felisberto José Tavares hum preto de nome Cloudino, escravo do Dr. Felix Gomes do Rego, levando em sua companhia hum outro de nome Amandio, escravo do dito Tavares, sendo aquelle baixo e gordo, e este hum pouco alto e espigado, levando as ferramentas de Pedreiro e de Carpinteiro, não se sabe verdadeiramente onde existem, mas aquele que os capturar e entregar aos seus Senhores, ou nesta cidade a José Miguel de Lemos será recompensado, protestando-se contra quem lhe tiver dado couto. Barra 8 de julho de 1854.³⁷

³³ *Ibidem*, p. 21.

³⁴ A discussão aqui apresentada pretende esclarecer que a pesquisa histórica não se limita ao passado de uma comunidade, mas procura compreender a percepção que ela tem de si mesma e de seu presente, como vê seu passado e quais suas projeções para o seu futuro. É a partir do entendimento que uma comunidade tem desses elementos constitutivos de seu viver que ela constrói sua identidade como um grupo social específico.

³⁵ *Ibidem*, p. 21.

³⁶ De acordo com esse jornal que circulava na região conhecida como Baixo Amazonas, que corresponde ao oeste do Pará: “Aflitivo e verdadeiramente ameaçador em que [condições] vemos o direito de propriedade neste município, relativamente aos escravos, [...] levas abandonão seus senhores para se refugiarem nos soberbos quilombos que nos cercam. Todos os dias registram-se muitas fugas de escravos e de vez enquanto uma leva de 10, 12, 20 e até 30 escravos [...] como as que se deram nas noites de 28 de dezembro do ano findo e 3 deste mês [...]. De janeiro a maio [período] em que enche o Amazonas é tempo que os escravos julgão mais apropriado para fugirem. Neste tempo o trânsito, que é todo fluvial, facilita-lhes poderem navegar por atalhos que conhecem ou por onde são conduzidos, sem receio de serem agarrados; por este tempo que é o em que se faz a colheita das castanhas.” BAIXO AMAZONAS, 1876 apud FUNES, Eurípedes Antônio. *Op. cit.*, p. 21.

³⁷ *Jornal Estrella do Amazonas*, Cidade da Barra do Rio Negro, 18 de Julho de 1854, p. 8. Disponível em: jornais.cultura.am.gov.br/ (Acesso em 14 de setembro de 2017).

Em fevereiro de 1861, Raimunda “de 24 anos de idade, crioula bem retinta, um tanto baixa, bem figurada, muito humilde” e seu companheiro, o escravo José Moisés, “de 26 anos de idade, cafuzo, bastante fornido de corpo, estatura regular, mal encarado, olhos pequenos e fundos”³⁸, fugiram das propriedades de Mariano Sabino da Silva, residente na vila de Óbidos. Raimunda e José Moisés teriam sido “seduzidos” por um mulato de pele quase branca – “alvacento” –, natural da província do Maranhão, e por isso chamado Antônio Maranhoto, que era liberto. Trabalhara muitos anos como “marinheiro de embarcação de guerra”, quando acabou acertado por um tiro que lhe feriu permanentemente um dos joelhos, pondo-o fora do lugar.³⁹

Esses registros tornam-se interessantes pelo fato de apontarem para o processo de aliciamento procedido pelos quilombolas, uma forma de reprodução dessas sociedades. Em alguns casos, essas tentativas acabavam em confronto aberto entre senhores e quilombolas. Nesse processo de resistência escrava, as cabeceiras nas proximidades do Igarapé Grande, em Óbidos, configuraram-se como os primeiros espaços das sociedades quilombolas nesse município. Quilombo Cabeceiras⁴⁰, nomenclatura de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, é composto pelas comunidades: São José, Silêncio, Matar, Cuece, Apui e Castanhaduba.

Em 1847, do ponto de vista do governo provincial do Pará, os quilombos na margem esquerda do Amazonas, desde Almerim até Óbidos, deveriam ser destruídos, em razão dos graves prejuízos que rendiam aos lavradores daqueles distritos com a fuga de seus escravos. A cada dia que se passava, os mocambos cresciam no decorrer do século XIX, conforme o que foi registrado no Jornal Baixo Amazonas, de 22 de fevereiro de 1873:

Apesar da grande falta de braços no que lutam os agricultores do Amazonas, aumentado este mal em que a avultada emigração para os seringais do Alto Amazonas, ainda temos a lamentar as continuas fugas de escravos que diariamente, abandonam seus senhores para se homisear nos quilombos do Trombetas, em Óbidos, e Curuá, em Alenquer. O número crescido de escravos que contem estes dois mocambos eleva-se, segundo bons cálculos, a mais de mil. Não encontramos outro meio de extinguir os quilombos, já que tem sido improficuo os meios empregados pelo governo, em suas expedições com o fim de bater os mocambeiro.⁴¹

³⁸ Jornal Estrella do Amazonas, Cidade da Barra do Rio Negro, 20 de Fevereiro de 1861, p. 8. Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ (Acesso em 20 de setembro de 2017).

³⁹ Jornal Estrella do Amazonas, Cidade da Barra do Rio Negro, 20 de fevereiro de 1861.

⁴⁰ Além dessa área quilombola, existem outras no município de Óbidos que já foram citadas anteriormente. Esta recebe destaque aqui por ter sido a primeira formada e titulada no município de Óbidos.

⁴¹ Jornal Baixo Amazonas, de 22 de fevereiro de 1873, apud FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades mocambeiras do Trombetas. In: ANDRADE, Lúcia M.M. de; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Entre águas bravas e mansas, índios & quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo Iepé, 2015, p. 23.

Estabelecidos acima das corredeiras e cachoeiras, os quilombolas interpunham obstáculos naturais entre eles e seus perseguidores. Ultrapassá-los implicava ser bom de remo e hábil em desviar de pedras. Por sua vez, os caminhos pelas matas encurtavam as distâncias em relação aos rios cheios de meandros, mas, para conhecê-los, era necessário ser mestre.

Alcançar os parceiros e buscar um lugar seguro, fora do alcance da perseguição, onde fosse fácil encontrar alimentos na natureza, eram elementos presentes nos planos dos escravos. Visto que, os Mocambos que estão vivos no imaginário dos descendentes, como tempo de liberdade, de fartura, diante de uma atualidade marcada por dificuldades sociais vivenciadas pelas comunidades negras ribeirinhas: o não respeito aos mais velhos e, mais do que a discriminação racial e o preconceito, a luta pela terra.⁴²

Considerações finais

É relevante considerar que o conhecimento científico sobre os negros escravos e as comunidades quilombolas permite chegar a uma conclusão de fundamental importância histórica. Deve-se, portanto, ter muita atenção ao instrumental a ser utilizado para se pensar sobre a descendência africana, múltipla na sua origem, não homogênea em sua constituição e manifestação histórica. “Posturas passadistas, envelhecidas e estereótipos baseados em modelos pré-concebidos e generalizações de pouca significação não se prestam à análise de um fenômeno de tão ricas perspectivas históricas como foram os quilombos”⁴³.

Sob o ponto de vista social, há que se pensar no perigo de congelar a dinâmica social, própria de todos os grupos humanos. Cabe à sociedade brasileira e, de maneira especial, aos quilombolas, o resgate desse complexo evento como elemento crucial na (re)construção da identidade do grupo, pela recuperação da memória coletiva, de modo a remontar os traços comuns dessas comunidades.

É importante frisar ainda que, apesar de todos os massacres sofridos pelos negros, a convivência nas senzalas contribuiu para que se organizassem e planejassem sucessivas fugas e diferentes formas de resistência. Quando conseguiam escapar dos feitores e dos capitães do mato, escondiam-se nas florestas, montando refúgios que deram origem aos quilombos. Nestes, a maneira de viver contrariava as estruturas coloniais, pois se fundamentava em princípios tribais ou comunitários. Por esse motivo, atraíram milhares de pessoas, chegando a constituir um símbolo da resistência negra espalhado pelo Brasil.

⁴² *Ibidem*, p. 24-25.

⁴³ MALCHER, Maria Ataíde; MARQUES, Jane Aparecida. *Territórios quilombolas*. Belém: Iterpa, 2009, p. 25.

Referências bibliográficas

Livros

AZEVEDO, Idaliana Marinho de. *Puxirum: memória do negro do oeste paraense*. Belém: Instituto de Artes do Pará (IAP), 2002.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tingu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afro-amazonidas* - “Nós já somos a reserva, somos os filhos deles”. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/UFC, 1999.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Áreas das cabeceiras – Terras de remanescentes: Silêncio, Matá, Castanhanduba, Cuecé, Apuí e São José*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/UFC, 1999.

MALCHER, Maria Ataíde; MARQUES, Jane Aparecida. *Territórios quilombolas*. Belém: Iterpa, 2009.

MONTEIRO, Benedito. *História do Pará*. Amazônia: Belém, 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

REIS, Artur César Ferreira. *História de Óbidos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANTOS, Creusa Barbosa; BRAGA, Paulo Sérgio Martins; COSTA, Rildo Ferreira. *Povos indígenas e afro-brasileiros: um estudo da diversidade no Brasil*. Belém: Samauma, 2011.

Capítulos

CELLARD, A, A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 295-316, 2008.

FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades mocambeiras do Trombetas. In: ANDRADE, Lúcia M.M. de; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Entre águas bravas e mansas, índios & quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo Iepé, 16-61, 2015.

Artigos

PAULINO, Itamar Rodrigues. *Ensaio historiográfico de Óbidos, sentinela da cultura amazônica*. Anais eletrônicos I FECIMA, Santarém, 2013. Disponível em: <http://anaisfecima.webs.com/edi-o-atual> (Acesso em 12 de setembro de 2017).

Fontes primárias

Acervos digitais: CCPA – Centro Cultural dos Povos da Amazônia/CENDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Jornal Estrella do Amazonas, Cidade da Barra do Rio Negro, 18 de julho de 1854. Disponível em: jornais.cultura.am.gov.br/ (Acesso em 14 de setembro de 2017).

Biblioteca Nacional. Estrella do Amazonas, Cidade da Barra do Rio Negro, 20 de fevereiro de 1861. Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ (Acesso em 20 de setembro de 2017).

Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis de Óbidos - Santa Maria. Livro de notas para escravo Nº 1, (1861-1863). Livro de notas de escravos Nº 4, (1870-1873). Livro para o lavramento das escrituras de escravos Nº 6, (1875).

Cartório do 2º Ofício de Registro Civil da Comarca de Óbidos – Cartório Ferreira. Livro de registro de emancipação de escravos (1872-1887).